



## CNJ libera pagamento de RPVs aos TRFs



sistencias, a exemplo de revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 73.153 processos, com 92.639 beneficiários.

Para o TRF1, o total geral liberado foi de R\$ 646.408.201,37, sendo R\$ 550.543.962,47 destinado para matérias previdenciárias e assistenciais, que somam 27.547 processos, com 31.823 beneficiários.

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou, aos Tribunais Regionais Federais (TRFs), os limites financeiros no valor de R\$ 1,6 bilhão relativos ao pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

Do total geral, R\$ 1,3 bilhão correspondem a matérias previdenciárias e as-

Segundo o CJF, cabe aos TRFs, seguindo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados. As informações devem ser buscadas na consulta de RPVs disponível no Portal do Tribunal Regional Federal responsável.

**Esta matéria está associada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).**

## Participe da consulta pública sobre Metas Nacionais do Poder Judiciário 2022

Até o dia 3 de novembro, cidadãos brasileiros podem responder ao formulário disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em consulta pública, com o objetivo de elaborar as Metas Nacionais de 2022 a serem priorizadas pelos tribunais brasileiros.

O formulário possibilita sugestões de metas nos cinco ramos da Justiça: estadual, federal, do trabalho, eleitoral e militar, bem como para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Após análise dos resultados da consulta pública será organizada a proposta de Metas Nacionais. O documento será submetido à aprovação dos órgãos do Judiciário em dezembro de 2021, durante o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O compromisso firmado pelos presidentes dos tribunais para aprimorar a



prestação jurisdicional é representado pelas Metas Nacionais do Poder Judiciário. Também, por meio das metas, monitora-se a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, esta última com o objetivo de melhorar os resultados dos indicadores de desempenho dos macro-desafios da Estratégia Nacional.

[Clique aqui](#) para participar da pesquisa.

**Esta matéria está associada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).**

### Aniversariantes

**Hoje:** Fernanda Simões Elias (Jequié), Cecília Souza Guimarães (10ª Vara), Ihasmyn Camilla Ferreira Silva (Vitória da Conquista), Wilder Calazans Freitas de Jesus (NucGP).

**Parabéns!**

**EXPEDIENTE:** Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Encarregada: Adriana Souza Daniel. Diagramação: Taiana Laiz Silva de Jesus. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br.

## Mês do Servidor

*“Aos 28 anos de idade recebi o telegrama que mudaria para sempre a minha vida. Um misto de alegria e preocupação me tomou: alegria por conquistar a tão sonhada “estabilidade” que uma jovem adulta tanto deseja, e preocupação por conta dos estereótipos sobre servidores públicos que me deixavam aflita sobre o que me aguardava. Não tinha ideia na época, mas a vida me presenteou em fazer parte de uma Instituição que é reconhecida publicamente pela excelência e pelo compromisso de seus membros: servidores, magistrados, estagiários e prestadores de serviço.*



*Olha a sorte que dei: fui recebida no antigo NUCRE por ninguém menos que Rosane Cerqueira! Essa pessoa sensacional, uma unanimidade, hoje minha amiga querida, me abriu as portas da Justiça Federal na Bahia e não podia dar outra: sucesso! Tive outra sorte, a de ser lotada inicialmente na 1ª Vara, então dirigida por dr. Pedro Braga Filho, onde trabalhei por quase 14 anos aprendendo muito do que sei até hoje sobre processos, e principalmente onde fiz muitas amizades verdadeiras. Depois fui para a minha amada 18ª Vara, onde pude trabalhar com Dra. Mônica Aguiar, Dra. Andréa Márcia e Dr. Paulo Pimenta, e onde expandi ainda mais meus horizontes sob a batuta de outra unanimidade, Patrícia Menezes. Nesses 25 anos pude concluir duas graduações, me tornar mãe, dirigir a nossa querida ASSERJUF por 2 gestões, ter a experiência desafiadora e enriquecedora de ser diretora de duas Varas de Subseção Judiciária e, mais recentemente, participar da Comissão de Combate ao Assédio e à Discriminação, assuntos muito caros para mim. Além de tudo isso, aqui fiz grandes amizades, que levarei para sempre em meu coração. Sou ou não sou uma sortuda?”*

Patrícia Farias de Oliveira, servidora lotada na 18ª Vara/SJBA.

## Transforme em Ação



### Novo meio de prova audiovisual facilita o julgamento das causas sobre aposentadoria para trabalhadores rurais



Com o objetivo de viabilizar e dar continuidade à tramitação de processos de aposentadorias para trabalhadores rurais no interior do estado, a Justiça Federal da 5ª Região passou a autorizar, como meio de prova, o registro audiovisual das condições de vida e trabalho, produzido pelos advogados dos requerentes a partir de smartphones. Imagens da casa, dos equipamentos e do dia a dia de trabalho passaram a auxiliar na aferição do exercício da atividade rural.

O projeto “Modernização da Prova da Atividade Rural nos Juizados Especiais Federais (JEFs)”, criado em 2020, foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um dos exemplos de iniciativas do Poder Judiciário Brasileiro que contribuem para a implantação da Agenda 2030.

Com centenas de processos que aderiram ao projeto em tramitação, a expectativa é impactar positivamente a vida de milhares de pessoas e de suas famílias e desta forma, contribuir para o alcance do **Objetivo 1 da Agenda 2030: erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares.** (Fonte: trf5.jus.br).